



Enap

Escola Nacional de
Administração Pública

Boletim Interno

Edição Extraordinária nº 23



Enap

Escola Nacional de Administração Pública
SAIS – Área 2-A
70610-900 - Brasília - DF
Tel.: (61) 2020.3000

Miriam Aparecida Belchior

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Paulo Sergio de Carvalho

Presidente

Pedro Luiz Costa Cavalcante

Diretor de Comunicação e Pesquisa

Paulo Marques

Diretor de Desenvolvimento Gerencial

Aíla Vanessa David de Oliveira

Diretora de Gestão Interna

Maria Stela Reis

Diretora de Formação Profissional



Enap

Ministério do
**Planejamento, Orçamento
e Gestão**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Atos da Presidência

PORTARIA Nº 90, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ENAP, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.563, de 11 de setembro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Programa do Curso de Especialização em Gestão Pública – 10ª edição, nos termos do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SERGIO DE CARVALHO



Enap

Escola Nacional de
Administração Pública

Especialização em Gestão Pública **10ª edição (2014-2016)**

Programa

Brasília - DF
Junho de 2014

ENAP Fundação Escola Nacional de Administração Pública
SAIS – Área 2-A
70610-900 - Brasília - DF
Tel.: (61) 2020.3000

Miriam Aparecida Belchior

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Paulo Sergio de Carvalho

Presidente

Carmen Isabel Gatto

Coordenadora-Geral de Especialização

Equipe:

Ana Luiza de Menezes Delgado

Eliane dos Santos Luz

Luciana Günther

Rachel Pereira Dorneles

Rosimere Gomes Rocha

Samantha Albano Amorim

PROGRAMA DO CURSO

1. INTRODUÇÃO

A Especialização em Gestão Pública é um curso de pós-graduação *lato sensu* oferecido pela Enap desde 2002. É um curso que busca contribuir para a melhoria da gestão pública, promovendo a formação profissional dos servidores públicos do Poder Executivo federal, para fazer frente à necessidade dos órgãos públicos de dotarem seus quadros de competências de gestão cada vez mais complexas, com novos arranjos organizacionais e constante inovação na formulação e implementação das políticas públicas e na prestação de serviços públicos.

A Especialização em Gestão Pública foi concebida de forma a aproximar os participantes das questões concretas da prática governamental, com estratégias de ensino teórico-aplicado, por meio de instrumentos didático-pedagógicos que facilitem a apropriação daquela realidade, sua análise e enfrentamento dos problemas identificados.

O corpo docente dos Cursos de Especialização da Enap é formado por profissionais com formação em áreas afins à gestão pública, sendo a maioria com título de mestre e/ou doutor, e com experiência profissional em projetos e gestão de organizações governamentais.

O curso será ofertado pela Enap sem ônus para os servidores ou para os órgãos.

2. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar servidores públicos para atuarem como agentes da melhoria da gestão pública, desenvolvendo competências para liderar, articular, gerir e pensar de forma estratégica e inovadora a ação governamental, considerando os desafios e as perspectivas da administração pública federal, para o aperfeiçoamento dos serviços prestados à sociedade.

2.1. Competências a serem desenvolvidas:

- Pensar estrategicamente: tecer diretrizes estratégicas para o futuro da organização, tendo por base elementos de características históricas, contexto político-econômico e social prospectados em análises de cenários, que contribuam para a consolidação e inovação das políticas de governo.
- Gerir: viabilizar a execução de planos estratégicos definidos pela instituição, por intermédio das necessárias negociações, resoluções de problemas e ajustes no processo de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação dos projetos sob sua responsabilidade, orientada por princípios éticos e de responsabilidade e com foco em resultados.
- Articular: capacidade para identificar e estabelecer parcerias e alianças com os atores sociais e políticos relevantes, de forma democrática, construindo a governabilidade necessária ao alcance dos resultados pretendidos.

- **Liderar:** mobilizar os atores para realização dos objetivos institucionais e dos projetos e programas definidos, em especial por meio de negociação, comunicação, articulação, iniciativa, gestão de conflitos e de pessoas.

3. PÚBLICO-ALVO

O curso é dirigido a servidores públicos federais do Poder Executivo que atuam ou tenham potencial para atuar como dirigentes na gestão pública e que possuam graduação em curso de nível superior certificado pelo Ministério da Educação (MEC).

4. CARGA HORÁRIA

O curso tem carga horária total de 395 (trezentos e noventa e cinco) horas presenciais, com duração aproximada de 15 (quinze) meses e um prazo de 120 (cento e vinte) dias, após o encerramento das aulas, para elaboração do trabalho de conclusão de curso.

A carga horária semanal é de 9 (nove) horas de aula, distribuídas em 3 (três) dias da seguinte forma: nas quartas e quintas-feiras no período noturno (das 19h às 22h), e nas sextas-feiras no período matutino (das 9h às 12h).

A programação do curso contempla dois momentos de atividades em período integral e dias consecutivos, a saber:

- **Oficina de Liderança e Comunicação** – ao início do curso, com carga horária de 32h, distribuídas de terça a sexta-feira, das 8h30 às 12h30 e das 14h às 18h.
- **Visitas Técnicas** – ao final do curso, com carga horária de 18h, distribuídas em três dias consecutivos, para realização de trabalho de campo em órgãos da administração pública. Essa atividade faz parte da disciplina denominada Práticas de Gestão Pública.

5. PROCESSO SELETIVO

O processo seletivo do curso é constituído por uma prova escrita, entrevista e análise de currículo, conforme descrito abaixo:

- **1ª fase:**
 - **Prova escrita discursiva:** formada por questões dissertativas de caráter geral sobre gestão pública, com a finalidade de verificar a capacidade de reflexão do candidato, seu grau de familiaridade com o tema e a coerência do texto.
- **2ª fase:**
 - **Entrevista:** serão avaliados o perfil do candidato, as áreas de interesse e a expressão de ideias e conceitos.
- **3ª fase:**
 - **Análise de currículo:** serão considerados para pontuação: o tempo de experiência no serviço público, a ocupação de função gerencial, o tipo de vínculo com o serviço público, formação acadêmica. A análise curricular também visará a garantir a heterogeneidade da turma e a representatividade de diferentes órgãos.

Uma Comissão de Seleção formada por profissionais da Enap e consultores contratados conduzirá o processo seletivo.

6. REQUISITOS PARA INGRESSO NO CURSO

Para participação no curso são necessários os seguintes requisitos:

- aprovação no processo seletivo;
- apresentação de comprovante de conclusão de curso de graduação reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC);
- apresentação de termo de autorização da chefia imediata para frequentar o curso;
- assinatura de termo de compromisso do aluno; e
- apresentação dos documentos pessoais solicitados no ato da matrícula.

7. METODOLOGIA

A prática pedagógica do curso privilegia o ensino aplicado e a articulação entre teoria e prática, buscando associar a aprendizagem à reflexão e à análise de problemas concretos e do papel do dirigente na gestão das organizações públicas.

As estratégias didáticas incentivam a reflexão e o intercâmbio das experiências profissionais dos alunos, bem como a sistematização desse conhecimento a partir de um arcabouço teórico selecionado. Estudos de caso serão utilizados para promover a visão integrada das diversas dimensões da gestão, tomando como base as situações concretas.

Para reforçar o caráter aplicado do curso, serão promovidas Visitas Técnicas para análise de aspectos da gestão de programas governamentais em órgãos da administração pública.

Ao longo do curso, são realizadas palestras sobre temas atuais da agenda governamental e painéis de diálogo com dirigentes acerca dos desafios do exercício da liderança nos principais processos de gestão, com o intuito de criar um ambiente propício ao debate e à reflexão sobre os conteúdos aprendidos.

Ao final de cada disciplina, o aproveitamento dos alunos será mensurado por meio de trabalhos ou exercícios. Ao término do curso, o aluno deverá entregar um trabalho de conclusão, cumprindo as normas especificadas pela Coordenação-Geral.

8. TITULAÇÃO

Para obtenção do título de especialista, é necessário que o aluno preencha os seguintes requisitos:

- frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total prevista;
- frequência mínima de 50% (cinquenta por cento) da carga horária de cada disciplina;
- avaliação satisfatória no desempenho de todas as disciplinas, com obtenção de nota mínima 6,0 (seis); e
- aprovação do trabalho de conclusão de curso com nota mínima 7,0 (sete).

9. ESTRUTURA CURRICULAR

Para o alcance dos objetivos do Curso de Especialização, os conteúdos e atividades estão organizados conforme a estrutura abaixo:

Disciplinas	Carga Horária	Semanas
1º Semestre		
D1 - Liderança e Comunicação (imersão)	32	1
D2 - Estado Brasileiro e suas Transformações	27	3
Carga Horária Total 1º semestre	59	4
2º Semestre		
D3 - Administração Pública Brasileira	27	3
D4 - Fundamentos de Políticas Públicas	27	3
D5 - Fundamentos do Direito Público	18	2
D15 - Práticas de Gestão Pública – Aula Integradora 1	6	1
D16 - Metodologia de Pesquisa (parte I)	9	1
D6 - Planejamento e Gestão Estratégica	18	2
D7 - Orçamento e Finanças Públicas	27	3
D8 - Gestão de Projetos	18	2
D9 - Gestão Estratégica de Pessoas	18	2
Carga Horária Total 2º semestre	168	19
3º Semestre		
D10 - Negociação no Setor Público	18	2
D15 - Práticas de Gestão Pública – Aula Integradora 2	6	1
D16 - Metodologia de Pesquisa (parte II)	9	1
D11 - Governança e Arranjos Institucionais	27	3
D12 - Arquitetura Organizacional	18	2
D13 - Monitoramento e Avaliação da Ação Governamental	18	2
D14 - Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações	27	3
D15 - Metodologia de Pesquisa (parte III)	9	1
D16 - Práticas de Gestão Pública – Aula Integradora 3	6	1
D16 - Práticas de Gestão Pública – Visitas Técnicas	30	3
Carga Horária Total 3º semestre	168	19
Carga Horária Total do Curso	395	43

10. OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM DAS DISCIPLINAS

D.1 – Liderança e Comunicação

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de aplicar as competências relacionadas à liderança no serviço público e compreender: o papel dos valores e da ética na prática do líder-servidor; a necessidade de construção de comunidades no ambiente de trabalho; a relevância do líder comunicador e agente de mudanças; bem como a importância do autoconhecimento do líder para o desenvolvimento de sua equipe e de sua missão institucional.

D.2 – Estado Brasileiro e suas Transformações

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de compreender as principais dimensões que definem o papel e as capacidades do Estado na sociedade contemporânea, as mudanças políticas e institucionais recentes nas relações entre Estado e sociedade, as dimensões estruturais de atuação dos Estados nas sociedades contemporâneas, assim como as principais macroinstituições que compõem o Estado e o sistema político brasileiro pós-Constituição de 1988.

D.3 – Administração Pública Brasileira

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de identificar os determinantes históricos da constituição e evolução da administração pública brasileira, com foco em suas principais reformas; discutir as principais contribuições da Nova Gestão Pública enquanto paradigma de reforma da gestão, bem como suas limitações; identificar os principais desafios da administração pública brasileira contemporânea.

D.4 – Fundamentos de Políticas Públicas

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de entender o conceito de política pública (*policy*) e de suas relações com a política (*politics*); distinguir as principais perspectivas teóricas e modelos de análise no campo; identificar e problematizar as etapas do ciclo das políticas públicas; discutir aspectos relacionados à continuidade e mudança das políticas públicas; compreender os desafios da produção de políticas públicas no Brasil contemporâneo.

D.5 – Fundamentos do Direito Público

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de identificar os principais marcos legais do direito público brasileiro por uma perspectiva instrumental, que instigue e capacite o diálogo com o Direito e seus profissionais na prática da gestão pública; distinguir os recentes debates sobre tendências no direito público brasileiro e suas reformas, com direta repercussão no modo de organização da administração pública brasileira.

D.6 – Planejamento e Gestão Estratégica

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de identificar a relação existente entre governo e planejamento; diferenciar aspectos e necessidades do planejamento público; identificar os principais aspectos conceituais do planejamento e da gestão estratégica no setor público; caracterizar e precisar a relação entre problemas públicos e atores sociais; precisar a importância e as possibilidades de uma gestão estratégica.

D.7 – Orçamento e Finanças Públicas

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de distinguir a forma de financiamento do setor público, os tipos de orçamento público e os modelos de análise orçamentária; descrever o ciclo orçamentário federal, do planejamento à execução; analisar a concepção e implementação de ações orçamentárias no contexto das políticas públicas.

D.8 – Gestão de Projetos

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de identificar os principais conceitos e diferentes abordagens metodológicas em gestão de projetos; descrever a estrutura lógica de

concepção do projeto, seus elementos constituintes; e construir uma visão integrada de sua elaboração, monitoramento e avaliação.

D.9 – Gestão Estratégica de Pessoas

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de identificar a função estratégica da gestão de pessoas na administração pública brasileira, suas diretrizes, peculiaridades e desafios, bem como as possibilidades e os instrumentos voltados à sua melhoria.

D.10 – Negociação no Setor Público

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de planejar, executar e avaliar o desenvolvimento de processos de negociação na arena pública; definir protocolos de atuação pautados em reflexões sobre valores e ética.

D.11 – Governança e Arranjos Institucionais

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de compreender a emergência da ideia de “governança” e suas implicações para os debates sobre a atuação do Estado e a gestão de políticas públicas; analisar a produção de políticas públicas em ambientes político-institucionais complexos (envolvendo relações federativas, participação social, parcerias público-privado, controle interno e externo, relações com os poderes Legislativo e Judiciário), a partir da abordagem dos arranjos institucionais; mapear arranjos institucionais e avaliar as capacidades estatais produzidas e a operação de seus instrumentos e mecanismos (processos decisórios, de coordenação/articulação e monitoramento).

D.12 – Arquitetura Organizacional

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de identificar os modelos, princípios e técnicas de desenho organizacional no setor público; discutir o tema da governança das organizações públicas; discutir tendências e inovações na gestão pública, no campo das estruturas organizacionais.

D.13 – Monitoramento e Avaliação da Ação Governamental

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de identificar os fundamentos teóricos e as ferramentas práticas referentes às metodologias de monitoramento de programas governamentais; reconhecer as estratégias definidas para o monitoramento dos programas do PPA 2012-2015; reconhecer e difundir a importância do monitoramento dos programas do PPA e do Orçamento; operar como difusor e operador das informações e da transparência dos resultados das ações governamentais.

D.14 – Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações Públicas

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de identificar os fundamentos, fontes e desafios para a gestão da informação e do conhecimento nas organizações públicas; reconhecer as ferramentas teóricas e práticas de suporte às iniciativas de gestão da informação e do conhecimento no contexto de governo; examinar casos bem-sucedidos de gestão da informação e do conhecimento na administração pública.

D.15 – Metodologia de Pesquisa

Ao final da disciplina, os alunos deverão ser capazes de reconhecer o papel e processo de construção do conhecimento científico, diferenciando-o dos demais tipos de conhecimento; empregar o raciocínio lógico-científico no desenvolvimento de um artigo científico; identificar os benefícios da aplicação desse ferramental no âmbito profissional; elaborar um projeto de pesquisa contendo os elementos necessários desse tipo de trabalho científico; aplicar as regras da redação científica e normas e padrões de trabalhos de pós-graduação *lato sensu*, conforme as normas da ABNT aplicáveis.

D.16 – Práticas de Gestão Pública

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de identificar a relação entre os conteúdos ministrados nas diversas disciplinas do curso e sua aplicabilidade prática na gestão pública; analisar criticamente as ações no campo da gestão pública, de modo a desenvolver uma visão global dos desafios enfrentados pelos gestores; estabelecer relações entre as fases do ciclo de gestão e as condições organizacionais encontradas na administração pública.